

Mulheres e Patriarcado: Dependência e Submissão nas Casas de Farinha do Agreste Alagoano

Autoria: Milka Alves Correia Barbosa, Fátima Regina Ney Matos, Ana Paula Ferreira dos Santos, Ana Márcia Batista Almeida

Resumo

A sociedade brasileira vem passando por significativas transformações econômicas, sociais e demográficas nas últimas duas décadas; dentre elas o aumento acentuado da participação feminina no mercado de trabalho. Mas conforme Chauí (1989), apesar da desintegração do patriarcado rural, a mentalidade patriarcal permaneceu na vida e na política brasileira, pelas vias do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo. Este estudo procurou analisar os aspectos do trabalho das mulheres nas casas de farinha do Agreste Alagoano que ainda reproduzem o padrão de dominação do patriarcado tradicional brasileiro. O patriarcado caracteriza-se pela influência que exerce na organização social do Brasil desde a época da colonização até os dias atuais. O quadro teórico desta pesquisa constitui-se dos temas: divisão do trabalho sexual, divisão sexual do trabalho e patriarcado. O presente estudo adota uma perspectiva predominantemente qualitativa e foi feito um estudo de caso, delimitado pelo conjunto de casas de farinha localizadas no agreste alagoano. Os dados foram coletados por meio de entrevistas semi-estruturadas, observação direta e análise documental. Pode-se afirmar que vários aspectos do trabalho das mulheres nas casas de farinha do Agreste Alagoano ainda reproduzem o padrão de dominação do patriarcado tradicional brasileiro. Os dados coletados mostraram que nesse mesmo ambiente a divisão sexual do trabalho é aceita e naturalizada como resultado de diferenças físicas entre homens e mulheres. Assim sendo, aparentemente dever-se-ia aceitar de pronto que nas casas de farinha estudadas o gênero figura como variável binária apoiada na diferença sexual entre homens e mulheres, e como tal, a partir de uma visão estática, esse padrão de divisão do trabalho dificilmente mudaria. Entretanto, analisando essa realidade a partir de uma perspectiva histórico-social, vê-se que essa divisão sexual do trabalho aproxima-se do binômio exploração-dominação descrito por Saffioti (2008), que vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista. A dupla jornada de trabalho (casa de farinha e trabalho doméstico), a baixa remuneração, as condições precarizadas de trabalho, o respeito e a lealdade à autoridade do dono da casa de farinha – como provedor de salário, comida, trabalho -, são algumas das condições que alimentam a exploração sob as quais as trabalhadoras estão submetidas. Apesar de programas e iniciativas, como a criação do APL de Mandioca, a realidade social das trabalhadoras das casas de farinha reporta-se ao que Spivak (1988) denomina dupla colonização: o fato de serem mulheres e nascidas numa ex-colônia; e ao que Rosa e Medeiros (2010) apontam como dupla forma de opressão que as mulheres do terceiro mundo sofrem: a primeira relacionada ao patriarcalismo e a segunda relacionada ao colonialismo. Como contribuição tentou-se ilustrar a presença a dominação patriarcal na divisão do trabalho das casas de farinha do Agreste Alagoano. De fato, talvez essa realidade não seja exclusiva deste grupo. Assim, como direção para futuras pesquisas sinaliza-se analisar outros ambientes organizacionais.

Introdução

Historicamente, a divisão de trabalho entre indivíduos e grupos advém do início da vida humana grupal, podendo ser encontrada em todas as sociedades do passado e contemporâneas; contudo guardando formas peculiares decorrentes do processo histórico e civilizatório de cada povo, nação ou grupo.

Segundo Carlotto (2001), a divisão sexual do trabalho é uma constante na história das mulheres e homens. E as explicações para tal frequentemente apóiam-se no discurso, para alguns naturalizado, do determinismo biológico que procura ratificar o papel das mulheres como protagonistas da reprodução biológica.

De fato esta divisão não é estéril; a ela são atribuídos significados e práticas que “mudam conforme os diferentes tipos de sociedades e seu momento histórico” (CARLOTO, 2002, p.01). Apesar disso, observando-se a formação social capitalista, percebe-se que o trabalho feminino ainda não recebe a mesma valorização e conseqüente remuneração atribuída ao trabalho masculino.

Para Marx (1982), o trabalho das mulheres começou a ser utilizado pelo sistema capitalista com a chegada da maquinaria na medida em que revolucionou a mediação formal das relações do capital, o contrato entre trabalhador e capitalista. Neste sentido, o autor mostra que “o trabalhador vendia anteriormente sua própria força de trabalho, da qual dispunha como pessoa formalmente livre. Agora vende mulher e filho. Torna-se mercador de escravos” (p.23). Assim, a mulher foi submetida à dupla exploração; de um lado ao capital diretamente nas fábricas; de outro, propriedade de seu marido. Ao afastarem-se do “lar” – seu *habitat* “natural” – as mulheres que trabalhavam nas fábricas viram seus filhos perecerem e tornaram-se degradadas moralmente.

Decerto, a noção de divisão sexual de trabalho assume formas conjunturais e históricas, e pode ser compreendida como prática social, uma vez que conserva tradições que ordenam tarefas masculinas e tarefas femininas na indústria, bem como cria modalidades da divisão sexual das tarefas (LOBO, 1991). Neste sentido, a divisão sexual do trabalho não é a causa da subordinação e da desigualdade das mulheres no mercado de trabalho, mas sim está inserida na divisão sexual da sociedade com uma evidente articulação entre trabalho de produção e reprodução (BRITO; OLIVEIRA, 1997, p.252).

Especificamente no caso do Brasil, o processo de colonização pode ser caracterizado por unidades familiares orientadas pelo latifúndio, escravagismo e patriarcado. Assim, a posição da mulher na família e na sociedade, em geral, demonstra que a família patriarcal foi um elemento determinante em nossa organização social. Até as primeiras décadas do século XX, as mulheres brasileiras não tinham garantido ainda os direitos civis dos quais gozavam os homens.

Obviamente que a sociedade brasileira vem passando por significativas transformações econômicas, sociais e demográficas nas últimas duas décadas; dentre elas o aumento acentuado da participação feminina no mercado de trabalho. Mas conforme Chauí (1989), apesar da desintegração do patriarcado rural, a mentalidade patriarcal permaneceu na vida e na política brasileira, pelas vias do coronelismo, do clientelismo e do protecionismo. Assim, a gênese de atitudes autoritárias com a condição feminina verificadas nos meios urbano e rural contemporâneos pode ser entendida à luz dos esquemas de dominação que caracterizaram o patriarcado tradicional brasileiro (SOUZA, 2000; FREITAS 1997).

Atualmente, apesar de possuírem o mesmo ou melhores níveis de escolaridade que os homens, não se pode afirmar que a igualdade entre os gêneros já foi alcançada. Não raro tem-se mulheres com remuneração menor que a do homem, ainda que em cargos iguais ou semelhantes; ou mulheres com dupla jornada de trabalho. Por isso os estudos organizacionais que abordam a questão do gênero estão distantes de serem esgotados, conquanto várias questões sobre essa desigualdade ainda precisem ser esclarecidas (CAPPELLE *et al.*, 2006).

Neste cenário, o objetivo deste trabalho foi analisar os aspectos do trabalho das mulheres nas casas de farinha do Agreste Alagoano que ainda reproduzem o padrão de dominação do patriarcado tradicional brasileiro.

Em Alagoas, a mandioca é a segunda maior produção agrícola, sendo fundamental para os programas de agricultura familiar. A produção da farinha é responsável pela subsistência de mais de 25 mil famílias, cujas economias domésticas estão ligadas a toda a cadeia produtiva, em casas de farinha instaladas na região (SEBRAE, 2008). Fazer farinha é uma arte centenária que atravessa gerações e retrata a cultura local e a verdadeira história de homens, mulheres e crianças da região.

O interesse por trabalhos que abordem as relações de gênero tem crescido e justifica-se na medida em se faz necessário lançar questionamento sobre o conjunto das relações sociais e econômicas no universo do trabalho no Brasil.

Da Divisão do Trabalho Sexual à Divisão Sexual do Trabalho

Na análise de Durkheim (1999) a divisão do trabalho sexual fundamenta-se na história da sociedade conjugal. De fato, para o autor, o homem e a mulher são apenas “partes diferentes de um mesmo todo concreto que reforma, unindo-se” (p.22). A partir da união desses diferentes decorrem laços solidários que somente se concretizarão com a divisão do trabalho sexual. “Em outras palavras a divisão do trabalho sexual é a fonte da solidariedade sexual” (p.22).

Para explicar a diferenciação e atribuição de funções femininas e masculinas, Durkheim (1999) remonta ao passado quando nas sociedades primitivas, as diferenças entre o corpo feminino e o masculino eram bem menores que nas sociedades evoluídas, e a mulher não era a frágil figura que se tornou com a evolução societal.

As diferenças anatômicas passam a ser acompanhadas de dessemelhanças funcionais. Vale dizer, se com a evolução da sociedade a mulher cada vez mais se distingue fisicamente do homem, naturalmente que as funções desempenhadas por cada um passem a ser cada vez mais diferenciadas. E mais: “se com a evolução biológica as mulheres encontram-se em patamar inferior ao dos homens, provavelmente os papéis atribuídos ao sexo feminino são socialmente aceitos como hierarquicamente inferiores” (MATIAS DOS SANTOS, 2007, p. 03).

Durkheim (1999) também argumenta que à medida que nos tempos modernos o casamento se desenvolveu, o trabalho sexual foi se tornando cada vez mais dividido, pois se a princípio restringia-se às funções sexuais, aos poucos a mulher “retirou-se da guerra e dos negócios públicos e sua vida concentrou-se inteira no interior da família. Desde então, seu papel especializou-se cada vez mais. Hoje entre os povos cultos, a mulher leva uma existência totalmente diferente da do homem” (p.26). Atribuindo biológica e psiquicamente características e capacidades distintas para cada sexo, a divisão do trabalho sexual foi então legitimada.

De fato, o maior efeito desta divisão do trabalho não seria o aumento da rentabilidade das funções divididas, mas o fato de torná-las solidárias. Para Durkheim (1999, p. 30): “[...] pode-se no entanto entrever desde já que, se é (a coesão social) realmente a função da divisão do trabalho, ela deve ter um caráter moral, porque a necessidade de ordem, de harmonia, de solidariedade social, passam geralmente por ser morais”. Assim, fica aceita social e moralmente uma nítida segregação dos espaços e funções pensados para cada sexo.

Os conceitos de complementaridade, solidariedade orgânica, divisão de tarefas, harmonia reforçam e legitimam uma ideologia naturalista que, de certa forma, reduz o gênero a divisão biológica de sexo, e as práticas sociais a papéis sociais os quais foram determinados a partir do destino natural da espécie.

Afastando-se dessa noção determinista, Hirata e Kergoat (2007) apontam que a divisão sexual do trabalho é a “forma de divisão do trabalho social decorrente das relações sociais

entre os sexos; mais do que isso, é um fator prioritário para a sobrevivência da relação social entre os sexos” (p.599). Ainda de acordo com as autoras, a forma como essa divisão se dá varia histórica e socialmente, mas tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva, e a apropriação pelos homens das funções com maior valor social atribuído.

Com o advento dos estudos feministas e de gênero na França (HIRATA; KERGOAT, 2007) acerca da divisão sóciotécnica do trabalho, o caráter sexuado destas relações passou a ser percebido e analisado de uma forma distinta da visão durkheimiana (MATIAS DOS SANTOS, 2007).

Enquanto Durkheim (1999) tinha uma percepção acerca da divisão do trabalho sexual como a atribuição de funções complementares para mulheres e homens essenciais para manter a coesão social, os estudos que consideravam gênero como categorias de análise viam na divisão sexual do trabalho a percepção das relações de poder estabelecidas entre os sexos. Em outras palavras: “a segmentação sexuada dos espaços profissionais não mais se dá de forma harmoniosa e complementar, percebe-se a dimensão do conflito, das relações de dominação/subordinação” (MATIAS DOS SANTOS, 2007, p. 04).

Assim, sob esta perspectiva não durkheimiana, é possível compreender que os papéis sociais de homens e mulheres não são produto de um destino biológico, mas que eles são, antes de tudo, construções sociais (KERGOAT, 1996; MATIAS DOS SANTOS, 2007).

Desta forma, é válido argumentar que o conceito de divisão sexual do trabalho não é único, conquanto pode ser apreendido a partir de duas posições teóricas opostas ideologicamente e epistemologicamente, quais sejam: a teoria do *vínculo social* e da *relação social*.

A primeira baseada na complementaridade entre homens e mulheres ou de uma conciliação de papéis como forma de assegurar a estabilidade social pelo papel familiar e doméstico atribuído às mulheres. De outra perspectiva, a teoria da relação social pauta-se na idéia de uma relação antagônica entre homens e mulheres, permeada de práticas de dominação/opressão do masculino sobre o feminino as quais são construídas dialeticamente dentro de um processo sócio-histórico.

Assim, a partir da teoria da relação social é possível analisar a divisão sexual do trabalho considerando relações de gênero e viabilizar melhor compreensão dos fenômenos sociais construídos que por vezes são tomados pelo imaginário social (inclusive acadêmico, muitas vezes) como naturais, externos ao controle dos sujeitos políticos (MATIAS DOS SANTOS, 2007)

Corroborando, Hirata e Kergoat (2007) argumentam que, apesar da divisão sexual do trabalho seguir princípios válidos para todas as sociedades conhecidas, no tempo e no espaço, não significa que seja algo imutável. Ora, ainda que a divisão do trabalho se dê pelo princípio de separação – trabalhos voltados a homens e trabalhos voltados a mulheres – ou o hierárquico – trabalhos de homens valem mais do que trabalho de mulher, o caráter imutável está na distância entre os grupos de sexo, mas a modalidade de como se dá a divisão sexual do trabalho “varia grandemente no tempo e no espaço, como demonstraram fartamente antropólogos e historiadores (as)” (p.600).

Ora, observou-se um reordenamento no mercado de trabalho e nas relações familiares. Entretanto, apesar dessas transformações, não é possível afirmar que a entrada massiva das mulheres no mercado de trabalho representou uma mudança revolucionária na vida dessas. Muitas ainda continuam sendo responsáveis pelas atividades reprodutivas e pelos cuidados com a casa e com os membros da família, coadjuvantes que "ajudam no orçamento familiar", enquanto ao homem cabe o papel de provedor; várias ainda têm que providenciar arranjos domésticos para poder sair de casa e ir trabalhar; e inúmeras ainda encontram-se em relações de trabalho fragilizadas, exploradoras, precarizadas (HARVEY, 1994; HIRATA, 2001)

Dito de outra forma, as mudanças no cenário atual da divisão sexual de trabalho não significam uma efetiva transformação que venha romper com as relações de gênero desiguais e hierarquizadas. Houve sim um deslocamento dos limites que segregam os sexos, mas não ocorreu uma real ruptura das fronteiras da desigualdade (MATIAS DOS SANTOS, 2007; SEGNINI, 1999).

Segundo Marodin (1997), numa determinada estrutura social encontram-se prescritas uma série de funções e papéis para homens e mulheres que estão tão internalizados que são considerados próprios ou naturais de seus respectivos gêneros. Assim, ao se relacionar o conceito de relações de gênero à noção de construção social, possibilita-se a periodização histórica dessas relações, a qual é capaz de evidenciar as formas que a interação social entre homens e mulheres adquire ao longo do tempo.

É importante ter em mente que o gênero, diferentemente do sexo, é construído socialmente e, como tal, envolve o estabelecimento e a perpetuação ou o rompimento e a construção de novas identidades, dependendo do papel exercido pelo sujeito na dinâmica social. Tudo isso sempre relacionado a especificidades culturais, locais, históricas temporais e organizacionais.

Partindo de uma revisão histórica, Costa (1994) identifica as mudanças sofridas na conceitualização do gênero e seus reflexos nas diferentes orientações ontológicas e epistemológicas adotadas pelas pesquisas sociais. Nesse sentido, a primeira abordagem identificada pela autora, preocupa-se em focar o *gênero como variável binária* apoiada na diferença sexual entre homens e mulheres, e como tal, caracterizada por uma visão estática, imutável e dual que impede uma compreensão mais ampliada das interações que acontecem entre os indivíduos no contexto sócio-político-cultural em que se encontram inseridos. A segunda abordagem enfatiza *gênero como papéis sociais dicotomizados*; de fato, representa um avanço em relação ao paradigma da diferença social. Contudo, insiste em não levar em conta a conexão entre gênero, poder e desigualdades sociais, além de manter o dualismo na medida em que não adentra na complexidade e especificações das relações sociais que resultam nos papéis atribuídos aos homens e mulheres.

Outra perspectiva teórica apontada por Costa (1994) reconhece *gênero como uma variável psicológica*, uma orientação da personalidade. A diferença entre masculinidade e feminilidade traduz-se mais numa questão de grau do que de oposição. Vale dizer, altos coeficientes de feminilidade e de masculinidade encontram-se nos extremos de uma escala de medição na qual a androginia seria uma combinação de pontuações elevadas tanto na direção da masculinidade quanto da feminilidade. No entanto, a validade do construto dessa escala foi questionada por não ser capaz de determinar o que exatamente estava sendo mensurado nem esclarecer o significado do que seria mais masculino ou mais feminino, sinalizando assim um retorno ao dualismo tradicional anteriormente criticado. A vertente que aborda *gênero como tradução de sistemas culturais* reconhece que meninos e meninas aprenderam formas diferentes de interagir e de se comunicar, criando assim mundos e subculturas distintas. Com isso, essa abordagem assume demasiada ênfase nas diferenças, pressupõe haver uma cultura feminina homogênea, e tende a suavizar problemas como a opressão e a dominação.

Finalmente, ao considerar *gênero como fenômeno relacional*, essa abordagem afasta-se da visão binária e da divisão de papéis, passando a considerar o sistema social de relacionamentos dentro dos qual os indivíduos se situam (COSTA, 1994).

No campo dos estudos organizacionais, Calás e Smircich (1999) descrevem como diversas abordagens do pensamento feminista alinham-se com as teorias e práticas organizacionais, cada uma delas com suas potencialidades e limitações, mas buscando oferecer formas alternativas para o enfoque da desigualdade de gênero. Na linha da evolução histórica do pensamento feminista, como ponto de partida, as autoras apresentam a *Teoria Feminista Liberal* segundo a qual o gênero é socializado em seres humanos sexuados pelo

comportamento adequado a cada sexo. Gerada nos movimentos feministas do final dos anos 60, para a *Teoria Feminista Radical* o gênero é uma construção social que assegura a subordinação das mulheres aos homens.

Finalmente, surgindo de intersecções dos feminismos e das críticas pós-colonialistas das epistemologias ocidentais, a *Teoria Feminista Pós-colonialista* considera “a constituição de subjetividades complexas que vão além dos conceitos ocidentais de sexo e gênero, enfocando aspectos de gênero no processo de globalização” (CALÁS; SMIRCICH, 1999, p. 276).

Neste trabalho parte-se do pressuposto de que as estruturas históricas de cada povo marcam suas respectivas trajetórias em diversos níveis, inclusive influenciando a forma como os trabalhadores são construídos socialmente. Neste sentido, é pertinente abordar o patriarcado - estrutura de organização (e dominação) social que influenciou fortemente a constituição da sociedade e das relações sociais no Brasil.

O Patriarcado

Conceito sociológico básico, o termo papel é utilizado por Linton (*apud* KLINENBERG, 1967, p. 384) para “designar o total de padrões de cultura associados com um *status* em particular. Neste sentido, inclui as atitudes, os valores e o comportamento atribuídos pela sociedade a cada uma e a todas as pessoas que ocupam determinado *status* [...]”, assim sendo, “os papéis sociais são aprendidos à medida que os indivíduos adquirem a cultura de seu grupo, embora possam os papéis tornar-se uma parte tão íntima de sua personalidade que são representados sem que se tenha consciência de seu caráter social” (CHINOY, 1967, p. 39).

Como “a realidade é construída socialmente” (BERGER, 1976, p. 132) e sendo que “as idéias da classe dominante são também as idéias dominantes de cada época, ou, em outras palavras, a classe que é a potência material dominante da sociedade é também a potência espiritual dominante” (MARX; ENGELS, 1986, p.11), pode-se inferir que o papel da mulher na sociedade foi construído pelo homem, classe dominante desde os primórdios da humanidade, em virtude da força física.

Avançando no curso da história, a bipolar divisão dos espaços femininos e masculinos se faz presente no surgimento da sociedade industrial. Segundo Paoli (1994, p.20),

As mulheres eram impelidas a trabalharem nas fábricas pela necessidade econômica da família operária, mas maridos e patrões consideravam tal trabalho como provisório e delas exigiam também a consecução das tarefas domésticas, de forma que a dupla jornada de trabalho formava o espaço de suas vidas de modo compulsório.

Pode-se considerar que o advento do maquinário na indústria, com o qual se inicia a Revolução Industrial, tirou a mulher do trabalho doméstico e a trouxe para a fábrica.

Tornando supérflua a força muscular, a maquinaria permite o emprego de trabalhadores sem força muscular ou com desenvolvimento físico incompleto, mas com membros mais flexíveis. Por isso, a primeira preocupação do capitalista ao empregar a maquinaria, foi a de *utilizar o trabalho das mulheres* e das crianças. (MARX, 1982, p.450, itálico nosso).

Na primeira metade do século XIX, começaram a surgir os sem-trabalho, em geral adultos e do sexo masculino. Os empregadores preferiam substituir a mão-de-obra masculina pela feminina, mais dócil e mais barata. Para prover a subsistência familiar, as mulheres aceitavam salários menores e sujeitavam-se a condições exaustivas de trabalho, perigosas muitas vezes, penosas, insalubres, a qualquer hora do dia ou da noite, e sem garantia de estabilidade. De acordo com Belle (1993, p. 196), a mulher

esteve presente desde o início da industrialização; seu trabalho, menos qualificado, mal pago e raramente colocado no nível onde se exercia o

poder, aí ficando sempre em posição secundária e subordinada ao seu papel de mãe e de esposa que era seu único papel social reconhecido e legítimo.

Para Durkheim (1999, p. 29), “[...] Dir-se-ia que um dos sexos açambarcou as funções afetivas e o outro as funções intelectuais”, ou seja, o papel da mulher tornou-se o de suprir afeto, o do homem o de realizar atividades intelectuais. O da mulher a ser desempenhado no seio da família, o do homem no seio da sociedade. O da mulher do sentido privado, da casa; o do homem no público, da rua (DA MATTA, 1991).

Partindo do conceito atribuído por Weber (2000, p. 184), “chama-se patriarcalismo a situação na qual, dentro de uma associação, na maioria das vezes fundamentalmente econômica e familiar, a dominação é exercida (normalmente) por uma só pessoa, de acordo com determinadas regras hereditárias fixas”. Neste sentido, é na autoridade doméstica e familiar que se baseia o patriarcado e como tal, conseqüentemente, determina uma divisão sexual que Weber (2000) caracterizava como “normal”. Uma vez que nesta divisão e nesta autoridade “normais”, “naturais”, o patriarcado legitima-se.

Trata-se de um tipo-ideal a-histórico e por isso permite ao pesquisador referir-se a “diferentes formas históricas de organização social onde e sempre que a autoridade esteja centrada no patriarca de uma comunidade doméstica; a qualquer momento histórico onde se encontre tal sentido de ação típico-ideal” (MACHADO, 2000, p. 03)

Alguns fatores contribuíram para a instauração do patriarcado como ordem social centrada na descendência patrilinear e no controle dos homens sobre as mulheres. Dentre eles estão o reconhecimento do papel do homem na reprodução, o estabelecimento da propriedade privada, a instituição das relações predominantemente monogâmicas, o controle do corpo e da sexualidade das mulheres pela divisão sexual e social do trabalho.

Historicamente, a associação entre família e patriarcado pode ser buscada na Roma antiga. Lá, a família era centrada no homem. O patriarca tinha poder sobre os escravos, vassalos, filhos e claro, sobre a mulher. Desta maneira, é importante notar que o patriarcado não se restringe ao poder do pai, mas ao poder masculino, enquanto categoria social.

De forma geral, Narvaz e Koller (2006) apontam dois princípios básicos que regem o patriarcado: as mulheres estão hierarquicamente subordinadas aos homens e os mais jovens aos homens mais velhos. Como conseqüência, as atividades masculinas têm maior valor que as femininas; a sexualidade, o corpo e a autonomia femininos estão legitimamente controlados pelos homens (SCOTT, 1995).

É possível encontrar na literatura críticas ao patriarcado, especialmente nos estudos feministas. Uma delas versa sobre o caráter a-histórico, fixo e determinante impregnado no conceito (LOBO, 1992); outra crítica aponta que o conceito weberiano de patriarcado tem delimitações históricas, visto que foi utilizado para descrever um determinado tipo de dominação tradicional, na qual o patriarca era a lei e seu domínio referia-se a formas sociais simples e comunidades domésticas. Ora se as famílias e as relações entre os sexos mudaram; logo é inadequado falar em “sociedade patriarcal” na contemporaneidade, pois a idéia de patriarcado “cristaliza a dominação masculina, impossibilita pensar a mudança” (p. 51).

Pode-se ainda argumentar que o conceito de patriarcado é inadequado para análise das relações sociais nas organizações contemporâneas, pois está preso às referências históricas e aprisionado em sua totalidade a um único sentido – o de forma de dominação familiar e sexual.

Entretanto, segundo Machado (2000), considerar o construto patriarcado não implica deixar de lado o de gênero ou o das relações sexuais de trabalho, conquanto o último abra a possibilidade de novos questionamentos os quais muitas vezes nem são feitos, pois o termo patriarcado parece conter todo um conjunto de relações pré-definidas: “como são porque são” (p. 09). De fato, falar em patriarcado significa referir-se obrigatoriamente a uma forma de dominação reconhecida pela desigualdade entre gênero, mas “a utilização do conceito de

gênero não poderia ser criticada por que nos remete somente ao que, no presente, aponta para as transformações de gênero de um futuro utópico, seja próximo ou distante?” (p.07)

Assim, cautelosamente Pateman (1993) apresenta o posicionamento de que não se deve aceitar o discurso político do declínio do patriarcalismo ao final do século XVII: na verdade não se pode negligenciar a existência de um patriarcado moderno, no qual a autora descreve o poder natural dos homens como indivíduos (sobre as mulheres) e envolve todos os aspectos da vida civil: “a sociedade civil como um todo é patriarcal. As mulheres estão submetidas aos homens tanto na esfera privada quanto na pública (p.167).

No Brasil, Freyre (2003) nos fala da extraordinária influência da família na organização social do Brasil colonial. Tomando-se o caráter mais ritual e litúrgico do catolicismo português juntamente com a relação de dependência política e econômica entre senhores de terras e escravos, o patriarcalismo familiar não encontrou limites ou resistências para aqui desenvolver-se:

A história social da casa-grande é a história íntima de quase todo brasileiro: da sua vida doméstica, conjugal, sob o patriarcalismo escravocrata e polígamo; da sua vida de menino; do seu cristianismo reduzido à religião de família e influenciado pelas credices da senzala (FREYRE, 2003, p. 44).

Corroborando, Freitas (1997) afirma que ao se legitimar a dominação patriarcal no cerne da família nuclear–unidade constitutiva da nossa sociedade – houve um enfraquecimento dos fundamentos psico e sociodinâmicos da vida moral, política e institucional trazido pela noção de individualismo (a vontade do senhor impondo-se de cima para baixo).

Davel e Vasconcelos (1997) também reforçam a importância histórica da estrutura familiar no Brasil arcaico e a da dimensão estruturante da família brasileira. Os autores se referem ao poderoso chefe da parentela que era um grupo unido por laços econômicos, solidariedade política e lealdade de todos os membros para com o chefe. Neste sentido, Holanda (2006) já descrevia que os escravos das casas grandes e das lavouras, bem como os homens livres gravitavam em torno da família central, e com isso aumentavam o círculo familiar e a autoridade (que já era imensa) do chefe da família:

Na família patriarcal, a casa é baseada na hierarquia, com escalonamento de pessoas conforme ordem de importância. Sexo e idade são critérios de classificação que explicam porque primeiro vem o pai (o “chefe da família”), depois os filhos e, por último, a “dona da casa”; explicam a divisão entre mais velhos ou mais moços; homens e/ou mulheres (DA MATTA, 1991). O autor faz uma leitura da realidade brasileira a partir de uma perspectiva culturalista na qual a ênfase é dada ao elemento cotidiano dos usos e costumes da nossa tradição familística ou “da casa” (SOUZA, 2000).

Deste modo, Da Matta (1991) argumenta que a casa não é reconhecida como o lugar de trabalho, mas a rua sim. “A rua é o local do trabalho, do Estado das leis e também da surpresa, da tentação e do lazer. [...] Em contraste com a calma e a tranquilidade do lar onde nos refazemos da chamada “luta pela vida” (p.16). Dessa oposição entre a casa e a rua resulta a associação que se faz da masculinidade ao mundo difícil da rua e do trabalho enquanto ao mundo da casa, das cozinhas, da generosidade e dos temperos, associa-se a mulher.

Mesmo quando a família patriarcal rural brasileira foi substituída pela família urbana, esta última ainda continuou impregnada pela perspectiva cristã que posicionava o homem, sendo ele marido ou pai, como o chefe da unidade familiar, responsável por garantir o sustento econômico e, a mulher (esposa e mãe) continuava a ser valorizada por sua submissão e fidelidade ao chefe da família.

Para Davel e Vasconcelos (1997) na base cultural sobre a qual se assentam as organizações produtivas no Brasil estão, de um lado, a modernidade material, tecnológica e de outro, “trabalhadores presos a um imaginário em que os núcleos centrais de autoridade ainda são aqueles gerados em estruturas familiares centradas na figura paterna, plena de autoridade

e poder” (p.100). Por isso, para analisar o mundo do trabalho no Brasil e as relações que nele se estabelecem não se pode desconsiderar a influência desse imaginário nas formas de dominação contemporâneas:

Se a família patriarcal é o modelo sobre o qual se estabelecem as relações políticas, isso deve implicar em dizer que a forma de exploração, abuso, marginalização e controle das mulheres – uma vez que fez parte da estrutura de domínio da família patriarcal – também influenciou as relações mais amplas de poder, relacionadas ao Estado, à administração e à organização geral da sociedade (LACERDA, 2010, p.72)

Ademais, a estrutura familiar patriarcal também pode ser compreendida sob a abordagem burocrática enquanto organizações fundamentadas em características racionais, analíticas e instrumentais, freqüentemente associadas com o estereótipo masculino na sociedade ocidental. “Assim, o patriarcado opera como um tipo de prisão conceitual, produzindo e reproduzindo estruturas organizacionais em que predominam o sexo e os valores masculinos” (MORGAN, 1996, p. 217).

Mandioca e Casas de Farinha

Conhecida como aipim, macaxeira, maniva, macamba, a mandioca constituía a base da alimentação dos indígenas da costa brasileira no período do descobrimento do Brasil; era o componente fundamental dos dois principais alimentos indígenas: farinha e beiju.

A fabricação de farinha de mandioca é uma atividade centenária no Brasil que data dos tempos coloniais quando a mandioca era cultivada em pequenas roças voltadas a suprir a necessidade de alimentação dos plantadores de cana-de-açúcar. Denominada “farinha de pau” pelos europeus, considerada “o pão dos pobres”, ainda hoje no Brasil, especificamente nas regiões norte e nordeste, a farinha de mandioca é a mais constante presença nas refeições dos brasileiros.

Apesar de ser rechaçada como “produto inferior”, a produção da farinha de mandioca situa o Brasil dentre os 10 maiores produtores mundiais. Conhece-se aproximadamente 98 espécies de variada cor e forma, com diferente teor nutritivo, variando de uma região a outra do país. Estima-se que a fase de produção primária e o processamento de farinha e fécula gerem em torno de um milhão de empregos diretos.

Considerada cultura subsidiária, de responsabilidade de pequenos produtores que se encontram direta ou indiretamente vinculados ao sistema de produção dominante, a mandiocultura marca presença quase exclusivamente na pequena propriedade, com predominância óbvia nos municípios com estrutura fundiária mais fragmentada (SEBRAE, 2008).

No Brasil a raiz é o produto mais valorizado, da qual se extrai a farinha, sendo a maior parte da produção para consumo humano. Em menor escala, há produção da massa e da goma da mandioca, para preparo de bolos, tapiocas e outros quitutes, e dos beijus. A partir da mandioca também se pode obter amido, álcool etílico, acetona, aguardente, glicose, entre outros produtos (CARDOSO, 2003). O consumo animal ainda é pouco representativo no Brasil, embora alguns países tenham tido enorme tradição na produção e exportação de ração animal obtida da mandioca, dentre eles a Tailândia.

A casa de farinha é o lugar onde acontece a fabricação da farinha. De acordo com Silva e Alcides (2006), atualmente várias casas de farinha ainda guardam a mesma forma que tinham na época da colonização: “uma edificação normalmente realizada sem vedações laterais, coberta de palha, deixando evidente os equipamentos de produção” (p.04). Para as autoras, as casas de farinha asseguram a permanência de um patrimônio de cunho produtivo, com forte impacto na vida de inúmeras comunidades espalhadas por grande parte do norte e nordeste brasileiro.

Mesmo nas casas de farinha que já utilizam energia elétrica e equipamentos há ainda a manutenção de hábitos como a cantoria, o trabalho coletivo, a reunião e a cooperação de

grupos familiares. A fabricação da farinha, também conhecida como farinhada, continua a agregar o núcleo familiar, a despeito da tecnologia empregada no processo (SILVA; ALCIDES, 2006).

Em Alagoas, a mandioca é a segunda maior produção agrícola, caracterizando-se pela forte presença da agricultura familiar. Somente no agreste, a subsistência de aproximadamente 25 mil famílias está relacionada à cadeia produtiva da farinha. A quantidade de casas de farinha é expressiva nos municípios da região do agreste alagoano: são 459 unidades, sendo 67 comunitárias (15%) e 392 particulares (85%). Os municípios de Girau do Ponciano (15 unidades), Arapiraca (14) e Igaci (12) são os que mais investiram em unidades comunitárias.

Um traço comum a maioria dessas casas é que se trata de empreendimentos familiares, que contam com a participação de homens, mulheres e crianças na produção de farinha, sendo cada um dos membros da família responsável por diferentes tarefas do processo produtivo.

Procedimentos Metodológicos

O presente estudo adota uma perspectiva predominantemente qualitativa. O enfoque qualitativo adotado justifica-se na medida em que se trabalhou com um nível de realidade que dificilmente pode ser quantificado e que procurou responder a questões muito particulares, específicas de um determinado contexto (MINAYO, 2004).

No desenvolvimento do trabalho procurou-se conservar os aspectos definidos por Bogdan e Biklen (1994) que melhor caracterizam a pesquisa qualitativa: o ambiente natural (as casas de farinha) como fonte direta dos dados e o pesquisador como instrumento-chave; ênfase na descrição; a preocupação do pesquisador com o processo e não simplesmente com os resultados e o produto; os dados analisados indutivamente e a captação de significados como preocupação essencial.

Merriam (1998) classifica a pesquisa qualitativa em cinco tipos, a saber: estudo qualitativo básico ou genérico, estudo etnográfico, fenomenologia, *grounded theory* e estudo de caso. Nesta pesquisa optou-se pela realização de um estudo de caso. Casos podem ser constituídos por indivíduos, grupos, programas, organizações, culturas, regiões, Estados, incidentes críticos, fases na vida de uma pessoa, ou seja, qualquer evento que possa ser definido como um sistema delimitado, específico, único (PATTON, 2002). O caso em estudo foi constituído pelo conjunto de casas de farinha, formais e informais, localizados na região do agreste alagoano. O critério de seleção para escolha dos empreendimentos baseou-se no critério da tipicidade.

O estudo de caso apresenta um caráter particularizante e tem um poder de generalização limitado (BRUYNE *et al.*, 1977, p. 227), assim sendo, os resultados obtidos não devem ser generalizados para outros contextos semelhantes, principalmente porque está ocorrendo nesse município um fenômeno atípico, em relação a cidades geográfica e demograficamente semelhantes. Assim, o que está se pretendendo não é generalizar, é analisar um grupo de casas de farinha situado no agreste alagoano considerando seu particular contexto.

Os sujeitos da pesquisa foram mulheres que trabalham nas casas de farinha, seja realizando todo o processo ou apenas partes. Foram selecionadas as respondentes que pudessem efetivamente ajudar a compreender o fenômeno em estudo (MERRIAM, 1998), portanto, a amostragem proposital, intencional ou deliberada foi adotada. Segundo Patton (2002), a lógica e o poder da amostragem intencional e não probabilística baseia-se em selecionar casos ricos de informação para o estudo.

A quantidade de sujeitos participantes foi determinada pelo princípio da redundância ou saturação, ou seja, à medida que foram sendo vivenciados casos similares, adquiriu-se confiança empírica de que não mais se encontraria dados que pudessem contribuir para a pesquisa (GLASER; STRAUSS, 1967). A saturação foi atingida na décima entrevista, mas como não existe fórmula que assegure a saturação e essa depende exclusivamente do

discernimento do pesquisador, achou-se por bem continuar as entrevistas até uma margem considerada segura, tendo em vista que a quantidade de sujeitos é menos importante do que a qualidade das informações. Para efeito da pesquisa, foram considerados os dados obtidos nas dez primeiras entrevistas. Em respeito ao anonimato das respondentes, as falas serão seguidas pela palavra ‘Entrevistada’, seguida por numeral que varia entre 1 e 10, de acordo com a ordem em que foi realizada a entrevista

Como técnicas de coleta de dados foram utilizadas, além da entrevista semi-estruturada, análise documental e observação participante. A observação direta participante também foi escolhida como método de coleta de dados por trazer um contato em *firsthand* com o fenômeno que se pretendeu estudar e por proporcionar entendimento de aspectos que dificilmente seriam captados somente por meio de entrevistas ou documentos (MERRIAM, 1998; VERGARA, 2008). As visitas às casas de farinha tiveram duração aproximada de uma hora.

Além das visitas destinadas as entrevistas, foram realizadas visitas especificamente para a observação; como também foram realizadas observações durante o Fórum Permanente da Mandioca que acontece mensalmente e conta com a presença de trabalhadores do setor. Quanto a análise documental, teve-se acesso a relatórios do APL de Mandioca, do Sebrae, *websites*, folhetos e manuais das casas de farinha.

As Mulheres nas Casas de Farinha do Agreste Alagoano

O início dos trabalhos é celebrado com o cantarolar e as conversas das mulheres. Em geral trabalham 10 horas diárias, com pequenos intervalos para alimentação, com horários alternativos em função da demanda. O horário de trabalho é definido pelo dono da casa de farinha, e quando chega o período da safra de mandioca, com o aumento da produção de farinha, o ritmo de trabalho torna-se mais forte ainda:

Não tem horário certo, mas a gente chega umas seis horas e para umas onze e meia e começa de novo uma da tarde e vai até cinco. Às vezes é de segunda a sexta, às vezes vai até o sábado meio dia (Entrevistada 5).

Não vou falar que tem horário porque quando a casa de farinha está funcionando as mulheres brigam pra chegar determinado horário e raspar mais, questão de ganhar mais. É três horas da manhã, quatro horas, sete horas até umas oito horas da noite. No período da safra, de fazer farinha que é setembro, são quase todos os dia (Entrevistada 3).

Nas casas de farinha pesquisadas, o processamento da farinha de mandioca segue as seguintes etapas: transportadas em caminhões, camionetas, carroças ou mesmo em carros de bois, as raízes chegam às casas de farinha. Lá são distribuídas em lotes (também conhecidos como caçuás, ou balaíos) para serem descascadas ou raspadas, operação que é executada por mulheres.

Descascada as raízes, são depositadas em caixas plásticas, em lonas, para evitar o contato com impurezas (o que nem sempre acontece). Como poucas casas de farinha possuem o equipamento lavador/descascador, foi desenvolvido o processo de “repinicagem”, um tipo de triagem realizada por mulheres para melhorar a qualidade final do produto processado. Na sequência, as raízes são transportadas para o ralador. A massa resultante do processo de ralação é então depositada em um tanque de alvenaria revestido com azulejos. Com auxílio de pás ou baldes, essa massa é transportada para a prensa para que seja retirado o líquido conhecido como manipueira que é bastante tóxico no seu estágio inicial. A referida massa é colocada em panos de algodão para ser levada à prensa. Assim, depois de seca a massa é retirada da prensa, quebrada e peneirada em peneiras (ou raladores). Após essa etapa a massa é levada aos fornos para ser torrada até atingir o nível de umidade desejado. Finalmente, uma vez pronta a farinha, ela é deixada em cochos de madeira para esfriar, e ser em seguida peneirada e embalada em sacos de polipropileno.

Todas as etapas descritas no parágrafo anterior são executadas por homens. Eventualmente, ou melhor, somente em casos extraordinários as mulheres participam dessas fases. No máximo peneiram a massa. Cabe a elas a raspagem da mandioca, a limpeza da casa de farinha (varrer, lavar banheiros), juntar as cascas e colocá-las em sacos:

A gente raspa a mandioca e quando acaba cedo, ai por conta de nós mesmo ai a gente limpa para ajudar o patrão (Entrevistada 1).

Os homens mexem e imprensam a massa e as mulheres raspam, lavam o banheiro todo dia; as vezes faz a limpeza, varre o terreiro (Entrevistada 4).

As mulheres também às vezes mexe a farinha, Às vezes boto prensa ai, ajudo a apanhar mandioca; agora não é todas as mulheres; as mulheres dos maridos associados é as que trabalha mais aqui e as outras as vezes rapa mandioca e vão embora, e outra tem que ficar aqui (Entrevistada 5).

Essa divisão de trabalho é definida pelos donos da casa de farinha – que em sua totalidade são homens. Não há inversão de tarefas ou outra forma de divisão de trabalho. Aos homens cabe o trabalho com as máquinas, o transporte da mandioca; às mulheres cabe o trabalho manual. Quando chegam para trabalhar na casa de farinha elas já sabem o que devem fazer, pois sua tarefa já está previamente definida pelo dono da casa de farinha:

Os homens mesmo decidem: as mulheres vai raspar e nós vamos fazer os outros serviços (Entrevistada 7).

O dono da casa de farinha é quem decide o que a gente vai fazer: varrer a casa de farinha, raspar a mandioca, tirar a tapioca; a gente faz só o básico mesmo (Entrevistada 9).

Ficou claro que o trabalho masculino está direcionado a outras atividades que demandam maior força física, maior destreza e habilidade com máquinas, e que envolve risco de perigos eminente tais como fogo, por exemplo. Enquanto às mulheres cabe o trabalho manual e teoricamente mais leve, de raspagem da mandioca. Observou-se também que essa segmentação reproduz-se na definição dos espaços físicos da casa de farinha, deixando claro onde homens e mulheres devem realizar as suas tarefas (DURKHEIM, 1999).

Assim, a divisão do trabalho nas casas de farinha é justificada principalmente pelo discurso das diferenças corporais entre mulheres e homens (DURKHEIM, 1999). Juntamente a essa realidade, tem-se a concentração do trabalho feminino em tarefas manuais que remonta às tarefas domésticas que naturalizadamente lhes são atribuídas na estrutura de organização patriarcal.

Como o processamento da mandioca obedece a etapas bem definidas, então a tarefa da raspagem executada pelas mulheres influencia todo o andamento das demais. Qualquer atraso nessa etapa compromete todos os procedimentos seguintes. Somente sob este ponto de vista, as tarefas desempenhadas pelas mulheres e o papel feminino no processo já poderiam ser consideradas como relevantes: o trabalho realizado por elas dá início a um processo que resultará em renda para empresários, famílias, além manter a tradição da mandiocultura da região.

Não obstante tal argumento, grande parte das entrevistadas não reconheceram a importância do trabalho que realizam e quando o fizeram associaram ao reconhecimento por parte dos donos da casa de farinha:

Não ganho nenhum dinheiro pelo meu trabalho. O primeiro dono valorizava mais, mas o segundo não valoriza. O primeiro não dava nada, mas ele chegava, conversava mais com a gente, ele gostava, colocava mandioca a vontade pra quem quisesse. Levou nós prá praia no final da safra. E o segundo já não gostei (Entrevistada 3).

A agricultora é sempre a mais fraca, ai ninguém reconhece nosso trabalho, ele não reconhece nosso trabalho (Entrevistada 7).

Tem pessoas que não acham que esse trabalho é um trabalho, não reconhecem, pensa que isso é um passatempo (Entrevistada 8).

As mulheres entrevistadas eram casadas e solteiras, a grande maioria com pelo menos três filhos; algumas analfabetas, outras com ensino fundamental completo e ensino médio incompleto, com idade entre 21 a 69 anos. Trabalham nas casas de farinha há pelo menos cinco anos e consideram que apesar de desgastante, o trabalho que executam é imprescindível para ajudar no sustento de suas famílias, para sua satisfação pessoal:

Meu trabalho é bom, nós depende tudo daqui, roupa, calçado, comida, tudo, tudo.. (Entrevistada 2).

Ajudar o esposo, a família, a questão familiar porque são poucos o dinheiro recebido, mas ajuda muito na família (Entrevistada 5).

Eu ganho dinheiro, é divertido, agora nós tá no verão às vezes fica sem fazer nada e o que aparecia era até bom, nós aqui fazia nossas resenhas, para não ficar parada (Entrevistada 9).

As mulheres não têm vínculo empregatício formal; prestam serviço informalmente para mesma casa de farinha, num sistema de subcontratação e facção. A escolha das pessoas (homens e mulheres) para trabalharem na casa de farinha ainda se pauta em laços de parentesco, amizade (ainda que remotos); talvez essa característica reforce a casa de farinha ainda como *locus* de trabalho de família, de amigos, de comunidade, de união (DA MATTA, 1991).

Nessa realidade os laços econômicos, de solidariedade e de lealdade aos donos das casas fortalecem-se, reforçando a relação de subalternidade, de submissão das mulheres aos homens na medida em que são eles que decidem o que e quanto deve ser produzido, decidem quanto deve ser pago pela raspagem da mandioca, decidem o horário de trabalho, decidem sobre a organização do processo produtivo; enfim os homens protagonizam o processo de produção nas casas de farinha. Entendendo o patriarcado como poder masculino, e não poder do pai, a autoridade centrada no poder masculino se fez presente nas casas de farinha estudadas (NARVAZ e KOLLER, 2006; SCOTT, 1995).

Para realizarem a tarefa de raspagem as mulheres usam facas e ficam sentadas em tamboretas de madeira ou mesmo no chão batido. São remuneradas de acordo com a quantidade de quilos, ou a quantidade de caçuás/balaios que conseguirem descascar. O valor pago por caçuá ou quilo de mandioca está em torno de R\$ 3,00 (três reais).

Também foi possível visitar casas de farinha que contam com tecnologia e maquinário moderno e mulheres trabalhando em estações de trabalho. Entretanto, mesmo neste ambiente, as relações continuaram centradas na figura masculina da “pessoa do dono da casa de farinha” (Entrevistada 3), plena de poder (DAVEL e VASCONCELOS, 1997).

Considerando-se o nível de escolaridade das mulheres envolvidas no processo produtivo coadunado com o baixo nível de remuneração, e com as outras condições precarizadas de trabalho, têm-se as condições ideais para fortalecer a submissão em relação ao homem, dono da casa de farinha, além de alijá-las de participar de outros mercados que demarcam exigências diferenciadas, como o grau de instrução, por exemplo, (SEGNINI, 1999).

Assim, seguindo a tradição e outras tendências profissionais, as mulheres são remuneradas com valores irrisórios para trabalhos desenvolvidos em condições precárias: com dores fortes no corpo, devido ao esforço repetitivo e a posição em que executam o trabalho, por exemplo. Ademais, especificamente o baixo nível de remuneração exige que mais elementos de uma mesma família trabalhem para proporcionar aumento na renda familiar, sem considerar o limite legal de oito horas diárias de trabalho.

Analisando especificamente a baixa remuneração do trabalho das mulheres, poder-se-ia tentar justificá-la pelo discurso instrumentalista de que isso acontece talvez pelo fato de os

donos das casas de farinha não poderem pagar mais por esse trabalho sob pena de inviabilizar financeiramente a atividade, considerando a composição dos custos. Outra possibilidade é realmente a priorização do lucro. De fato, em qualquer uma das situações ou possibilidades, dentro do contexto econômico e social, as mulheres da casa de farinha continuam subordinadas hierarquicamente aos donos da casa de farinha e aos demais que lá estão, conquanto as atividades realizadas por elas são definidas, supervisionadas, subordinadas às definidas para eles e realizadas por eles. Assim, essa desigualdade na divisão sexual do trabalho nas casas de farinha aproxima-se do poder exercido pelos homens sobre as mulheres e seu trabalho, bastante característico da estrutura patriarcal.

Algumas mulheres vislumbram que poderiam participar de outras formas de outras etapas da produção da farinha, mas ainda assim, continuariam exclusivamente tarefas manuais:

As mulheres poderiam participar mais com a limpeza, poderiam tirar a goma, que a gente sabe que dá dinheiro, mas a maioria das mulheres daqui não faz, simplesmente só raspa a mandioca e acabou (Entrevistada 3).

Antes da reforma as mulheres peneiravam, a gente podia voltar a peneirar (Entrevistada 7).

Há perspectiva de implantação de uma minifábrica de biscoitos à base de mandioca, a ser comandada pelas esposas dos produtores de mandioca. Trata-se de mulheres – um grupo de aproximadamente vinte – que já trabalham de forma rudimentar há dois anos; e foram capacitadas pelo Senac e Sebrae para prepará-las para essa forma de gerar renda e emprego.

Não se pode deixar de reconhecer que isso sinaliza uma oportunidade de melhoria nas condições de vida de algumas das mulheres e de suas respectivas famílias e uma possível mudança nas relações sociais entre homens e mulheres daquela região. Contudo, cabe um olhar mais crítico no sentido de perceber se esse será mais um espaço em que mulheres estarão desempenhando atividades manuais sob a supervisão de homens ou se terão, de fato, autonomia para gerenciar a minifábrica, caminhando na direção de ruptura da relação de submissão a que estão submetidas.

Como se não bastasse essa realidade, também no fórum da mandioca realizado mensalmente, as mulheres são minoria e sempre permanecem a maior parte do tempo caladas, sem expressar qualquer idéia ou opinião sobre o que está sendo discutido, ainda que os assuntos tenham relação direta com sua realidade de trabalhadoras na cadeia produtiva da mandiocultura.

Pode-se ainda considerar a casa de farinha como um ambiente que favorece a interação social dessas mulheres, pois, ao mesmo tempo em que trabalham de forma coletiva, elas conversam, trocam idéias, dividem suas tristezas e alegrias. Entretanto, seria prematuro afirmar que há encaminhamento para reorganizar relações de trabalho, ou a divisão do trabalho nas casas de farinha.

Considerações Finais

Atualmente, o Brasil ocupa posição de destaque na produção mundial de mandioca. Cultivada em todas as regiões do Brasil, a raiz tornou-se indispensável na alimentação humana e animal, além de ser utilizada como matéria-prima em inúmeros produtos industriais. Do ponto de vista econômico, contribui para a geração de emprego e de renda, especialmente nas áreas pobres da Região Nordeste (SEBRAE, 2008).

Considerando o objetivo deste trabalho, pode-se afirmar que vários aspectos do trabalho das mulheres nas casas de farinha do Agreste Alagoano ainda reproduzem o padrão de dominação do patriarcado tradicional brasileiro. Os dados coletados (principalmente a fala das entrevistadas) mostraram que nesse mesmo ambiente a divisão sexual do trabalho é aceita e naturalizada como resultado de diferenças físicas entre homens e mulheres.

Assim sendo, aparentemente dever-se-ia aceitar de pronto que nas casas de farinha estudadas o gênero figura como variável binária apoiada na diferença sexual entre homens e

mulheres, e como tal, a partir de uma visão estática, esse padrão de divisão do trabalho dificilmente mudará. Entretanto, analisando essa realidade a partir de uma perspectiva histórico-social, vê-se que essa divisão sexual do trabalho aproxima-se do binômio exploração-dominação descrito por Saffioti (2008), que vincula a dominação masculina aos sistemas capitalista e racista, considerando o patriarcado como sistema de dominação e de exploração.

Assim, a dupla jornada de trabalho (casa de farinha e trabalhos domésticos), a baixa remuneração, as condições precarizadas de trabalho, o respeito e a lealdade à autoridade do dono da casa de farinha – como provedor de salário, comida, trabalho –, são algumas das condições que alimentam o sistema de dominação e de exploração sob os quais as trabalhadoras estão submetidas.

Agregue-se a isso o caráter histórico dessas relações desiguais de gênero que se fazem presentes na sociedade brasileira desde a colônia, com o patriarcado rural e chegam aos dias atuais mostrando que nas casas de farinha do agreste alagoano, a base material do patriarcado não foi destruída, não obstante os avanços femininos.

Poderia se questionar como não encontrar relações de dominação patriarcal numa casa de farinha, já que lá a divisão de trabalho baseia-se originalmente na diferença sexual entre homens e mulheres. Neste sentido, pontua-se que relações de gênero não são necessariamente imutáveis e tampouco devem ser desiguais por natureza. Entretanto, para que elas mudem e tornem-se mais igualitárias, necessariamente passa-se pelo questionamento de relações de poder as quais são determinadas pelo patriarcado que traz ao seu cerne desigualdade, controle e medo. Há patriarcado mais igualitário? Certamente não; senão não o seria.

A despeito de programas e iniciativas como a criação do APL de Mandioca que buscam melhorar também a geração de empregos, de renda e agregar valor a mandiocultura, a realidade social dessas trabalhadoras das casas de farinha reporta-se ao que Spivak (1988) denomina dupla colonização: o fato de serem mulheres e nascidas numa ex-colônia; e ao que Rosa e Medeiros (2010) apontam como dupla forma de opressão que as mulheres do terceiro mundo sofrem: a primeira relacionada ao patriarcalismo e a segunda relacionada ao colonialismo.

Como contribuição tentou-se ilustrar a presença a dominação patriarcal na divisão do trabalho das casas de farinha do Agreste Alagoano. Para aquelas mulheres ainda há um grande caminho a ser percorrido até que seu local de trabalho seja caracterizado por relações mais igualitárias de poder. De fato, talvez essa realidade não seja exclusiva deste grupo. Assim como direção para futuras pesquisas sinaliza-se analisar outros ambientes organizacionais.

Referências

- BELLE, F. Executivas: Quais as diferenças na diferença? In: CHANLAT, J-F. **O Indivíduo nas Organizações** – dimensões esquecidas. Volume II. São Paulo: Atlas, 1993.
- BERGER, P. L. **Perspectivas Sociológicas** – uma visão humanística. Petrópolis: Vozes, 1976.
- BOGDAN, R.C.; BIKLEN, S.K. **Investigação qualitativa em educação**. Porto, Portugal: Porto Editora, 1994.
- BRITO, J. OLIVEIRA, S. Divisão sexual do trabalho e desigualdade nos espaços de trabalho. In: SILVA FILHO, J.F.; JARDIM, S. (Org.) **A danação do trabalho** - organização do trabalho e sofrimento psíquico. Rio de Janeiro: Te Corá Ed., 1997.
- BRUYNE, P. de; HERMAN, J.; SCHOUTHEETE, M. de. **Dinâmica da Pesquisa em Ciências Sociais** – Os pólos da prática metodológica. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977.
- CALÁS, M.B.; SMIRCICH, L. Do Ponto de Vista da Mulher: Abordagens Feministas em Estudos Organizacionais. In: CLEGG, S.R.; HARDY, C.; NORD, W.R. **Handbook de Estudos Organizacionais** – Modelos de Análise e Novas Questões em Estudos Organizacionais. V. 1. São Paulo: Atlas, 1999.

- CAPPELLE, M. C. A. et al. A produção científica sobre gênero na administração: uma meta-análise. In: ENANPAD, 30., 2006, Salvador. **Anais...** Salvador: Anpad, 2006.
- CARDOSO, C.E.L. **Competitividade e inovação tecnológica na cadeia agroindustrial de fécula de mandioca no Brasil**. Piracicaba, 2003. 188p. Tese (Doutorado) – Escola Superior de Agricultura “Luiz de Queiroz”, Universidade de São Paulo.
- CARLOTO, C. M. O conceito de gênero e sua importância para a análise das relações sociais. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 3, nº 2, p. 201-214, Jan/Jun. 2001.
- CARLOTO, C. M. Gênero, Reestruturação Produtiva e Trabalho Feminino. **Serviço Social em Revista**, Londrina, v. 04, nº 2, Jan./Jun, 2002.
- CHAUÍ, M. **Conformismo e resistência: aspectos da cultura popular no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- CHINOY, E. **Perspectiva Sociológica**. Rio de Janeiro: Bloch Editores S.A., 1967.
- COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. **Cadernos Pagu**, vol. 2, 1994. p.141-174.
- DA MATTA, R. **A casa e a rua**. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1991.
- DAVEL, Eduardo P. B; VASCONCELOS, João G.M. Gerência e Autoridade nas Empresas Brasileiras, 1995. São Paulo: Editora Atlas, 1997.
- DENZIN, N.K., LINCOLN, Y. (Org), **Handbook of Qualitative Research**, Thousand Oaks, Sage Publications, 2ª ed., 2000.
- DURKHEIM, E. **Da Divisão do Trabalho Social**. 2ª Ed. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FREYRE, G. **Casa Grande & Senzala**. 48ª Ed. São Paulo: Global, 2003.
- FREITAS, Alexandre Borges de. Traços brasileiros para uma análise organizacional. In: Motta, Fernando C. Prestes e Caldas, Miguel P. (org) **Cultura organizacional e cultura brasileira**, São Paulo: Atlas, 1997.
- GLASER, B.G.; STRAUSS, A.L. **The Discovery of Grounded Theory: Strategies for Qualitative Research**. New York: Aldine, 1967.
- HARVEY, D. **Condição pós-moderna – Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural**. 4ª edição. São Paulo: Edições Loyola, 1994.
- HIRATA, Helena. Globalização e divisão sexual do trabalho. **Cadernos Pagu**, Campinas, n.17- 18, 2001, p.139-156.
- HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa [online]**, v. 37, n. 132, 2007, p. 595-609.
- HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- KERGOAT, D. Relações sociais de sexo e divisão sexual do trabalho. In: LOPES, M. J. M.; MEYER, D.E.; WALDOW, V.R. (Orgs.) **Gênero e saúde**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- KLINENBERG, O. **Psicologia Social**. 3ª edição. Rio de Janeiro: Editora Fundo de Cultura, 1967.
- LACERDA, M.B. **Colonização dos corpos: ensaio sobre o público e o privado**. Patriarcalismo, patrimonialismo, personalismo e violência contra as mulheres na formação do Brasil. 2010. 117 p. Dissertação (Mestrado em Direito). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.
- LOBO, E. S. **A Classe Operária tem dois sexos**, São Paulo. Edit. Brasiliense, São Paulo, 1991.
- _____. O trabalho como linguagem: o gênero do trabalho. In: COSTA, A. e BRUSCHINI, C. (Eds.) **Uma questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1992, p. 252-265.
- MACHADO, L. Z. Perspectivas em confronto: relações de gênero ou patriarcado contemporâneo? In: **Sociedade Brasileira de Sociologia (Ed.)** Simpósio Relações de Gênero

- ou Patriarcado Contemporâneo, 52ª Reunião Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência. Brasília, 2000.
- MARODIN, M. As relações entre o homem e a mulher na atualidade. In: Marlene N. Strey (Org.). **Mulher: Estudos de gênero**. São Leopoldo: Unisinos, 1997.
- MARX, K. **O Capital** (Crítica da Economia Política) – Livro 1: O processo de produção do capital. 7ª Ed. São Paulo: DIFEL, 1982.
- MARX, K.; ENGELS, F. **Sobre literatura e arte**. São Paulo: Global, 1986.
- MATIAS DOS SANTOS, V. Divisão Sexual do Trabalho: complementaridade ou conflito?. **Revista Urutáua (Online)**, v. 1, n.13, p. 1-11, ago./set./out./nov.2007.
- MERRIAM, S. **Qualitative research and case study applications in education**. 2. ed. San Francisco: Jossey-Bass, 1998.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8º Ed. São Paulo: Hucitec, 2004.
- MORGAN, G. **Imagens das Organizações**. São Paulo: Editora Atlas, 1996.
- NARVAZ, M.G.; KOLLER, S. H. Famílias e Patriarcado: Da prescrição Normativa à Subversão Criativa. **Psicologia e Sociedade**, Porto Alegre, v. 01, nº 18, p. 49-55, jan/abr. 2006.
- PAOLI, M. C. A família operária: notas sobre sua formação histórica no Brasil. **Tempo Social - Revista de Sociologia da USP**. São Paulo, v. 4, n. 1-2, p. 17- 41, jan./jun. 1994.
- PATEMAN, C. **O contrato Sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.
- PATTON, M. **Qualitative research and evaluation methods**. 3. ed. Thousand Oaks: Sage, 2002.
- ROSA, A.; MEDEIROS, C. R. O. . Sob as Sombras do Discurso Colonial: Subalternidade e Configurações de Gênero em uma Lavanderia do Interior de Minas Gerais. In: XXXIV Encontro da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Administração, 2010, Rio de Janeiro. **Anais do XXXIV EnANPAD**. Rio de Janeiro : ANPAD, 2010. p. 1-17.
- SAFFIOTI, Heleieth I.B. *A ontogênese do gênero*. In: STEVENS, Cristina Maria Teixeira e SWAIN, Tânia Navarro. **A construção dos corpos – Perspectivas Feministas**. Florianópolis: Ed. Mulheres, 2008.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**, Porto Alegre, v.20, n.2, jul./dez. 1995, p.71-99.
- SEBRAE – Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. Casas de Farinha: manual das boas práticas, 2008.
- SEGNINI, L. R. P. Nota técnica: do ponto de vista do Brasil: estudos organizacionais e a questão do feminismo In: CLEGG, S. R.; HARDY, C.; NORD, W. R. (Org.) CALDAS, M.; FACHIN, R.; FISHER, T. (Org. Br.) Handbook de Estudos organizacionais. Modelos de análise e novas questões em estudos organizacionais, vol. 1. São Paulo: Atlas, 1999.
- SILVA, M. A.; ALCIDES, M. M. Modos de construir, modos de alimentar e conviver: as casas de farinha do Brasil. In: Congresso Internacional de Arquitectura Vernacular. **Anais**. 2006.
- SOUZA, Jessé. **A modernização seletiva: uma reinterpretação do dilema brasileiro**. Brasília, Editora da Universidade de Brasília, 2000.
- SPIVAK, G. Can the subaltern speak? In C. Nelson; L. Grossberg. (Eds.) **Marxism and the Interpretation of Culture**. Illinois: University Press, 1988.
- VERGARA, S. C. **Métodos de Pesquisa em Administração**. 3ª. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2008.
- VICENTE, M. C. M. e BAPTISTELLA, C. S. L. O trabalho da Mulher no Capitalismo Industrial. **Revista de Estudos do Terceiro Milênio: USP**, n.º 41, 1994, p.77-80.
- WEBER M. **Economia e Sociedade**. 3ª edição. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília, 2000.